O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham, elaborado nos termos do artigo 128.º do C. I. R. E..

É designado o dia 20 de Fevereiro de 2008, pelas 10:00 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42.º do C. I. R. E.), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42.º do C. I. R. E.).

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do C. I. R. E.).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

É obrigatória a constituição de mandatário judicial.

4 de Dezembro de 2007. — A Juíza de Direito, *Elisabete Assunção*. — O Oficial de Justiça, *Abel Anjos Galego*.

2611070867

3.ª VARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE LISBOA

Anúncio n.º 8487/2007

Processo: 612/05.6PSLSB
Processo Comum (Tribunal Colectivo)
1891305

A Mm.ª Juiz de Direito Dr.ª Ana Paula Grandvaux Barbosa, da 3ª Vara Criminal — 1.ª, 2.ª e 3.ª Varas Criminais de Lisboa:

Faz saber que no Processo Comum (Tribunal Colectivo) n.º 612/05.6PSLSB, pendente neste Tribunal contra o arguido Ionita Mihai Onica — filho de Jacov Onico e de Elena Onico, natural de Roménia; nacional de Roménia, nascido em 24-03-1969, estado civil: Solteiro, domicílio: Rua Gualdino Pais, N.º 100, 2.º Esq., 1300-000 Lisboa, por se encontrar acusado da prática dos seguintes crimes:

1 crime de Ofensa à integridade física simples, p. p. pelo artigo 143.º, n.º 1 do C. Penal, praticado em 13-05-2005; 1 crime de Ofensa à integridade física simples qualificada, p. p. pelos artigos 143.º n.º 1, 146.º n.ºs. 1 e 2 com referência ao artigo. 132.º n.º 2 al. j) do C. Penal, praticado em 13-05-2005; 1 crime de Resistência e coacção sobre funcionário, p. p. pelo artigo 347.º do C. Penal, praticado em 13-05-2005; foi o mesmo declarado contumaz, em 20/11/2007, nos termos do artigo 335.º, do C. P. Penal.

A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos:

- Suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do C. P. Penal;
- Anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração;
- Proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas.

22 de Novembro de 2007. — A Juíza de Direito, *Ana Paula Grandvaux Barbosa*. — A Escrivã-Adjunta, *Teresa Teixeira*.

1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DE COMÉRCIO DE LISBOA

Anúncio n.º 8488/2007

Processo: 1617/05.2TYLSB Insolvência pessoa colectiva (Requerida)

Credor: Francisco António Godinho Martins
Insolvente: Valdeci & Martins, L.ª

Encerramento de Processo nos autos de Insolvência acima identificados em que são:

Valdeci & Martins, L.ª, NIF 505017261, Endereço: Rua do Arneiro, Vivenda Cecília, Malveira da Serra, Cascais

Administrador da Insolvência: Dr. César Fernando Nogueira Neto, Endereço: Rua D. Pedro de Cristo n.º 1-4º esquerdo, 1700-136 Lisboa.

Ficam notificados todos os interessados, de que o processo supra identificado, foi encerrado.

A decisão de encerramento do processo foi determinada por: insuficiência da massa insolvente para a satisfação das custas do processo e das restantes dívidas da massa.

Efeitos do encerramento:

- cessam todos os efeitos que resultaram da declaração de insolvência, recuperando o devedor o direito de disposição dos seus bens e a livre gestão dos seus negócios;
- cessam as atribuições do administrador de insolvência, com excepção das referentes à apresentação de contas;
- os credores da insolvência poderão exercer os seus direitos contra o devedor;
- os credores da massa podem reclamar do devedor os seus direitos não satisfeitos.

28 de Setembro de 2007. — O Juiz de Direito, *João Manuel Carmo de Almeida Loureiro*. — O Oficial de Justiça, *Susana Pereira*.

2611071002

2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DE COMÉRCIO DE LISBOA

Anúncio n.º 8489/2007

Processo: 1229/07.6TYLSB Insolvência pessoa colectiva (Apresentação)

Insolvente: Fernando C. Graça, L.ª
Presidente Com. Credores: Fundação de Dois Portos, S. A., e outro(s).

Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados nos autos de Insolvência acima identificados

No Tribunal do Comércio de Lisboa, 4.º Juízo de Lisboa, no dia 28-11-2007, ao meio dia, foi proferida sentença de declaração de insolvência do(s) devedor(es):

Fernando C. Graça, L.ª, NIF 502284714, Endereço: Rua Casal dos Ossos, 28, 2715-083 Pêro Pinheiro, com sede na morada indicada.

São administradores do devedor:

Fernando Conceição Graça, Rua Casal dos Ossos, 28, 2715-083 Pêro Pinheiro e Maria de Lurdes Janota Graça, Rua Casal dos Ossos, 28, 2715-083 Pêro Pinheiro, a quem é fixado domicílio na(s) morada(s) indicada(s).

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio.

Dr. Avelino José Machado Martins, Endereço: Av. do Brasil, 35-6.º, C, 2735-000 Cacém

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno (alínea i do artigo 36 — CIRE)

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias. Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º1, artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 11-02-2008, pelas 14:00 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da Comissão de Trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do artigo 72 do CIRE).